

ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN

Autora - Queila Regia de Andrade Barreto¹
Orientadora - Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos²

RESUMO

A trissomia 21, também chamada de Síndrome de Down (SD), é uma condição cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21. Crianças e jovens com essa síndrome têm características físicas semelhantes e estão sujeitos a algumas doenças. Embora apresentem deficiências intelectuais e de aprendizagem, são pessoas com personalidade única, que estabelecem boa comunicação e também são sensíveis e interessantes. Quase sempre o “grau” de acometimento dos sintomas é inversamente proporcional ao estímulo dado a essas crianças durante a infância, tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente escolar. Com base nisso, o objetivo deste trabalho foi observar o uso das adaptações curriculares na prática docente do professor de estudantes com SD, bem como as atividades desenvolvidas em sala, e a sua inclusão diante do contexto vivido no ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que participou uma professora e uma estudante com Síndrome de Down. Os dados foram coletados por meio de observação, entrevista semiestruturada e submetidos à análise de conteúdo.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Adaptações curriculares. Inclusão.

ABSTRACT

Trisomy 21, also called Down Syndrome (DS), is a chromosomal condition caused by an extra chromosome in pair 21. Children and young people who have this syndrome have similar physical characteristics and are subject to some diseases. Although they have intellectual and learning disabilities, they are people with a unique personality, who establish good communication and are also sensitive and interesting. Quite often, the "degree" of symptom involvement is inversely proportional to the stimulus given to these children during childhood, both in the family environment and in the school environment. Based on this, the aim of this research was to observe the use of the curricular adaptations in the teaching practice of the Down syndrome students' teacher, as well as the activities developed in the classroom, and their inclusion in the context of the school environment. This is a qualitative research, in which a teacher and a student with Down's syndrome participated. Data were collected through observation, semi-structured interview and submitted to content analysis.

Keywords: Down syndrome. Curricular adaptations. Inclusion.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco/ Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG)
queilabarreto@hotmail.com

² Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco/ Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG)
normamvasconcelos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) ou Trissomia 21 não é uma doença como muitos pensam, e sim uma condição genética. Em 1866, o médico inglês Jonh Langdon Down descreveu as características fenotípicas das pessoas com SD, mas foi o geneticista francês Jerome Lejeune, em 1959, que descobriu que a causa da Síndrome era genética, ocorrida por um cromossomo extra no par 21.

O desenvolvimento da criança com SD envolve vários aspectos, desde uma intervenção precoce aos cuidados com a saúde, já que algumas crianças diagnosticadas apresentam problemas cardíacos. O ritmo de aprendizagem é lento em relação a outras crianças, isso não significa que ela não vá alcançar avanços na aprendizagem. Existe uma grande dificuldade e necessidade por parte dos educadores em adaptar os conteúdos para estudantes com Síndrome de Down, de forma que fique acessível a sua compreensão e as suas necessidades. De acordo com Pimentel (2012, p.41), “o paradigma da inclusão defende que a escola precisa atender às necessidades dos educandos que nela se inserem”.

Diante das possíveis dificuldades, tais como a falta de informação ou o desinteresse em relação à criança com esse quadro clínico, penso que se faz necessário uma análise para observar possíveis métodos de ensinar os conteúdos e as formas que poderão ser introduzidos para que facilitem a compreensão e a aprendizagem do aluno, porém, respeitando o tempo da criança e suas limitações para alcançar determinados objetivos e utilizando de estratégias que possibilitem alcançá-los.

Segundo o documento *Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*, é “necessário adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas da turma” (BRASIL, 2003, p.48). Nesse contexto, acredita-se que a adaptação curricular, seja ela qual for, auxilia na integração e objetiva o enquadramento do educando especial ao currículo, de modo que ele não decline da sua identidade.

Dessa maneira, procurou-se descobrir e responder à seguinte questão da pesquisa: de que forma e por que é necessário adaptar o currículo para que auxilie na aprendizagem do estudante com SD? Esse questionamento se dá a partir do momento em que se observaram alguns educadores desses alunos aparentarem estar alheios em não saber como adaptar as atividades de forma que esse aluno aprenda com mais facilidade o conteúdo.

Trabalhando com professores que tinham aluno com a trissomia 21, percebi a carência de práticas pedagógicas e outros fatores que podem estar refletindo nesse contexto, não só por

parte dos educadores, mas também pela Educação Inclusiva implementada em nosso país. Tais fatores podem estar relacionados com a falta de informação por parte dos educadores em relação à síndrome e suas especificidades, propostas avaliativas não acessíveis para alunos com Síndrome de Down, ausência de um processo de adaptação curricular às necessidades do aluno com SD, falta de interesse em flexibilizar o processo de aprendizagem desse aluno, falta de elementos mediadores que auxiliem no processo de adaptação curricular, ou desinteresse em relação a essa criança, que podem estar atribuídos ao ensino dos conteúdos escolares.

Realizamos um levantamento na ANPED, na 35ª reunião de 2012³, no GT15-2193, na busca de encontrar trabalhos e pesquisas que tratassem da temática em questão, foi encontrado apenas um artigo, tendo como título: A coerência textual de alunos com Síndrome de Down: uma análise da produção escrita através do uso de imagens, a autora Adriana Leite Lima Verde Gomes tinha por objetivo propor duas sequências de imagens, sendo estas realizadas com e sem a mediação da pesquisadora, analisando a coerência textual de quatro alunos com síndrome de Down a partir de dois textos, através de imagens, observando-se como resultado que os alunos com a Síndrome e que foram mediados pela pesquisadora conseguiram produzir textos mais coerentes do que os que fizeram sem a mediação. Tomando por base tal situação da pesquisa, percebi a mediação como fundamental nesse processo, pois agiu como elemento na adaptação do currículo e como forma de auxiliar na aprendizagem desses alunos.

Dentro dessa perspectiva, delimitou-se como objetivo geral observar o uso de adaptações curriculares nas atividades desenvolvidas com o estudante com Síndrome de Down e sua inclusão no ambiente escolar. E, como objetivos específicos, pretendeu-se verificar se os conteúdos são selecionados de acordo com a necessidade do estudante com SD, assim como, identificar quais as estratégias que são utilizadas para inserir esses conteúdos e constatar os possíveis resultados obtidos no processo de aprendizagem do aluno com SD.

2 O SURGIMENTO DAS DEFICIÊNCIAS NA HISTÓRIA

Durante a história, muito se atribuiu às pessoas nascidas com deficiência a castigos divinos, por erros cometidos pelos antepassados. Diante disso, criaram-se mitos e superstições para relacionarem as causas de deficiências, no qual essas pessoas com deficiência eram condenadas a viverem excluídas ou até mesmo morrerem. Na Antiguidade, era possível

³ ANPED, na 35ª reunião de 2012³, pesquisa na qual foi encontrado um único tema que tratava da Síndrome de Down.

encontrar referências de pessoas que apresentavam deficiências físicas, mentais, dentre outras, porém, na Idade Média, foram encontrados os principais registros que mostravam casos de deficiências, mas naquela época não se distinguiam doenças de deficiência, ou seja, não havia conhecimento sobre as anomalias que surgiam. Para Santiago (2009, p.114), “a confusão entre deficiência e doença era patente e, mesmo sobre as doenças não se sabiam muito. Nestas épocas, as explicações para a doença/ deficiência tinham a questão religiosa como pano de fundo”. As deficiências existentes naquela época eram vistas como anormalidades, condenação ou punição, essas ideias foram disseminadas pelo domínio da religião, levando as pessoas a acreditarem que pecaram ou estavam pagando um alto preço.

A forte influência das religiões nas atitudes das pessoas em relação aos deficientes provocou reações que estimulavam a exclusão e indiferença, que os levavam a cometerem atos de atrocidades. Essas pessoas eram isoladas, esquecidas ou exterminadas por representarem algo inútil, anormal ou estranho.

No Egito antigo, com as cheias constantes do Rio Nilo, a civilização egípcia tentava se proteger de alguma forma, havia uma necessidade de homens saudáveis para a sobrevivência do povo “nomos” e era necessária, diante desse fenômeno, a agilidade e força desses homens para fugir da morte, já que a população se situava às margens do rio, as vítimas de alguma deficiência física e mental eram deixadas para trás, impossibilitadas de tomar qualquer providência para se salvar, acabavam morrendo por não haver agilidade de se locomover ou pensar. Os antigos egípcios acreditavam que as doenças eram provocadas por espíritos malignos ou origem desconhecida, causada pelo capricho dos deuses, os tratamentos eram feitos através de práticas e rituais de magia com o objetivo de tratar a vítima espiritualmente. Segundo Santiago (2009, p.121), se o tratamento espiritual dependia da intervenção e ajuda dos deuses, o tratamento clínico dependia do médico e de suas habilidades em manipular plantas e alimentos.

Achados arqueológicos mostram que algumas pessoas com deficiência não sofriam qualquer discriminação, porém, outras de classe social baixa eram rejeitadas, como surdos e cegos, por não apresentarem boas condições para o trabalho, acabavam sendo sacrificadas no Nilo. Alguns registros encontrados em artes, túmulos e papiros revelam que a deficiência se tornava um grande obstáculo para as mais diversas atividades que os egípcios desenvolviam, porém, essas pessoas eram inseridas nas variadas camadas sociais.

Pessoas com nanismo, por ser uma anomalia comum entre os povos egípcios, podiam aspirar de qualquer cargo público, desde que fizesse parte de classes sociais mais elevadas, o mesmo valia para outras deficiências consideradas como doenças.

Os gregos, considerados povos que contemplavam a perfeição e a beleza, valorizavam a boa forma física, para eles era fundamental ter um corpo saudável, era uma questão social. A boa condição física era essencial, considerando que os gregos enfrentavam constantes momentos de guerra, a concepção de força e forma física perfeita os levava ao limite do corpo, pois necessitavam de treinamentos pesados, no qual mulheres e crianças eram envolvidas. Monteiro (2009, p.7) destaca que “era comum à política da eugenia, com a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e saudáveis, além do abandono das crianças fracas ou deficientes”. O termo Eugenia significa “bem nascido” e estudava o controle racial e a qualidade das raças, rotulando pessoas que eram aptas ou não para a reprodução.

Na sociedade romana, pessoas com deficiência eram consideradas inúteis, muitas vezes sacrificadas ou abandonadas para morrerem sozinhas, as crianças eram deixadas em lugares perigosos onde existiam animais selvagens para que fossem devoradas por eles, ou colocadas em rios e lugares sagrados.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe (NEGREIROS, 2014 p.15).

No Brasil, em muitas culturas, especificamente na indígena, a deficiência também era vista como castigo ou maldição. Algumas tribos praticavam essa barbárie sacrificando crianças que nasciam deficientes, a mãe ao sentir dores do parto se isolava na mata para dar a luz, treinada por mães experientes, observava se o filho nasceu com alguma deficiência, o envenenando ou o matando por asfixia. Mesmo diante de tal atrocidade, a FUNAI, órgão de proteção aos grupos indígenas não se manifesta a respeito, tampouco o governo brasileiro fala sobre o infanticídio praticado. Em alguns casos, essas crianças eram resgatadas por pessoas “bondosas”, que estavam dispostas a criá-las, sem ao menos se preocupar com o que iam falar ou se estavam agindo errado, porém na maioria das vezes morriam sozinhas abandonadas nesses lugares.

As religiões criaram forças através dos séculos e, diante do sentimento religioso que é inerente a psique humana, pode-se verificar que muito a religiosidade influenciou e ainda determina algumas atitudes do ser humano diante de esclarecimentos teológicos face à existência da deficiência. A religião como ideia de “milagres” instigou e prejudicou excessivamente as ações do homem em relação à deficiência, ou seja, acreditava-se que a fé

podia fazer o impossível e a forma como era interpretada e compreendida traziam expectativas de que as orações e adorações curavam as pessoas com deficiências. De acordo com Rubem Alves (2000), as pessoas religiosas procuram razões divinas para explicar o ocorrido, como se aquele corpo fosse produto de uma decisão de Deus.

Foram séculos para que o homem entendesse e explicasse cientificamente algumas deficiências entre tantas que surgiam, até compreender essas anomalias, foi convivendo com explicações diversas, tais explicações fugiam cada vez mais da necessidade e importância de ver a deficiência como algo que estava presente e que era real.

3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, por volta de 1854, ocorreu o primeiro marco histórico sobre educação especial, quando o ministro de D. Pedro II, Couto Ferraz, ficou encantado com um jovem cego pelo seu trabalho, jovem esse chamado José Alves de Azevedo, no qual o rapaz veio a educar a filha do médico da família imperial, Dr. Sigaud, o médico tão fascinado com o trabalho do jovem, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que anos mais tarde passou a chamar-se de Instituto Benjamim Constant.

Em 1857, D. Pedro II também cria o Instituto Imperial de Mudos e Surdos, após a Proclamação da República, a deficiência mental ganha destaque nas políticas públicas, pois se acreditava que a deficiência poderia implicar em outros problemas de saúde. Para Anjos e Santos, apud Miranda (2003 p.3), foi sem dúvida uma grande conquista no atendimento às deficiências, pois inseriu na sociedade a ideia de conscientização e discussão sobre a educação, porém ainda representava uma medida precária em vista da grande população deficiente.

Em meados de 1930, começam a surgir várias instituições voltadas para a deficiência mental com um número bem mais elevado ao de instituições para outras deficiências. Ao mesmo tempo em que havia uma necessidade de escolarização para as pessoas com deficiência, a sociedade concebia esses indivíduos, que por causa das suas limitações, não podiam ser inseridos nos mesmos ambientes sociais que os “normais” viviam, assim, teriam que estudar em locais separados das demais pessoas e só seriam integrados na sociedade somente aqueles que se mostravam agir o mais próximo da “normalidade” e se apresentarem capacitados pra exercerem as mesmas funções. Segundo Batista (2006), “o que marca este momento é o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais”.

A discriminação e o preconceito traziam termos e expressões que inferiorizavam e desvalorizavam essas pessoas, vistas como incapazes, inúteis e anormais, formas depreciativas de tratar alguém que não representava valor nenhum para a sociedade e que nos dias atuais, mesmo com algumas modificações em seus termos, ainda são usadas. A exclusão dessas pessoas pela sociedade e até mesmo pela família remetia a falta de conhecimento de compreender que eram indivíduos totalmente capazes de aprender e viver socialmente como qualquer outra pessoa, mesmo diante de suas limitações.

A partir de estudos teóricos, a sociedade mundial passou a movimentar-se em defesa de um processo de Educação Inclusiva em que as pessoas com necessidades especiais pudessem estar inseridas. Houve marcos históricos que contribuíram para tais avanços. Na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, foram aprovados objetivos da Educação para Todos, porém, em 1994, na Espanha, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, cria-se um documento conhecido com Declaração de Salamanca, documento esse que trazia os princípios e direitos conferidos as pessoas com deficiência.

4 A ORIGEM DA SÍNDROME DE DOWN

Alguns registros de 5200 a.C foram encontrados por especialistas que comprovaram possíveis provas da existência da Síndrome de Down. Achados arqueológicos mostram, através de estatuetas, crânios e pinturas, que a deficiência já existia. Um dos inúmeros registros está uma pequena estatueta de um ídolo grego do período neolítico, encontrado em Tessália, a oeste da Grécia, com características semelhantes à síndrome, a estatueta encontra-se no Museu de Arqueologia Volos, na cidade de Tessália.

A Síndrome de Down registra na história, entre 1.500 a.C e 300 d.C, os olmecas, povos que habitavam em uma região que hoje corresponde ao México. Esses povos idolatravam as pessoas com a síndrome, pois eles acreditavam que eram cruzamentos das mulheres com o Jaguar, espécie de felino idêntico a uma onça ou pantera, pois as crianças nascidas tinham garras como as do felino, as estatuetas trazem características de pessoas com a SD. Para comprovar tal hipótese, estudiosos citam uma pintura encontrada na caverna de Oxtotitlán, Chilapa, na cidade do México, no qual mostra uma mulher tendo relações com um jaguar. Segundo esses autores, as mulheres mais velhas ou chamadas sacerdotisas, naquela época, eram consideradas divindades, por isso hoje se atribui que os nascimentos de crianças

com Síndrome de Down acontecem devido à idade avançada da mulher, o que explicaria a interpretação dos Olmecas.

4.1 O que é a Síndrome de Down

A Síndrome de Down, como foi citado, é uma condição genética e está presente em todo o mundo, desde etnias e classes sociais diversas, podendo se apresentar em ambos os sexos, pode ter características diferentes uma das outras em relação à patologia. Ela ocorre devido a um cromossomo extra no par 21, uma pessoa normal nasce com 46 cromossomos, o indivíduo com SD carrega um a mais no par 21, sendo assim, 47 cromossomos, estudos revelam que apenas um segmento do cromossomo 21 apresenta a região crítica que desenvolve a Síndrome de Down, pois esse cromossomo é duplicado, porém sem anomalias. Pimentel (2012, p.29) afirma que esse erro genético não tem relação com etnia ou classe social e se apresenta mais comumente sob a forma de um cromossomo extra no par 21, por isso é chamada de trissomia 21 ou trissomia simples.

Existem algumas nomenclaturas para a Síndrome de Down, antigamente era definida como mongolismo ou mongoloide, termo usado quando o cientista inglês Jonh Langdon Down relatou a aparência de algumas crianças com características parecidas ao povo da Mongólia, situada no centro-oeste da Ásia, principalmente no encurvamento dos olhos. Em 1959, o geneticista francês Jerome Lejeune descobriu que as pessoas com a Trissomia 21 possuíam diferenças genéticas em relação a outras doenças, e assim deu o nome de Síndrome de Down, em homenagem a Jonh Langdon Down.

No Brasil, pessoas com Síndrome de Down eram conhecidas como idiotas, mongoloides, pessoas retardadas, ou seja, deficientes mentais. Não há graus determinados na Síndrome de Down, cada pessoa tem um desenvolvimento particular, isso quer dizer que cada um se desenvolve de acordo com sua capacidade, como também acontece com outras pessoas. O que irá determinar se a deficiência é maior ou menor são vários fatores. A presença de algumas doenças podem desencadear alguns problemas que necessitarão de atenção e cuidados, deixando a criança indiferente e sem interesse para atividades e o convívio social.

Para Déa (2009, p.25), “o isolamento também pode dificultar o desenvolvimento. Antigamente, era comum a família, em uma tentativa de proteção, retirar o indivíduo com Down do convívio social”. Essas atitudes da família isolavam as pessoas com essa síndrome do contato com o mundo e com as pessoas não só por proteção, mas também por algum constrangimento. A pessoa com SD já é estigmatizada pelas suas características físicas,

associando-a a deficiência mental e retardo, isto a coloca em um estigma de inferioridade e de incapacidade, a sociedade constitui preconceitos e elabora julgamentos a partir de uma expectativa de normas construídas pela sociedade.

A família é fundamental para romper com esse estigma, é necessário inserir a criança com SD em programas de estímulo precoce, em ambientes que sejam ricos em educação adequada e crie a possibilidade para alcançar o potencial. Sabe-se que a criança com SD tem suas limitações sensório-motoras e intelectuais, mas que, através de estimulação precoce, pode ser modificada e os seus níveis de atenção, habilidades e interesses podem ser desenvolvidos.

Segundo Gomes (2002), para Feustein, a inteligência não é uma qualidade imutável, ela pode se alterar, é necessário que haja intervenções e mediações favoráveis a esses estímulos. Ressaltando que as estimulações precoces não devem se resumir a atividades clínicas, em se tratando de países, no Brasil, por exemplo, o tratamento e atendimento à saúde são precários para a maior parte da população e estes precisam ser acessíveis a todos, dando oportunidade àqueles que necessitam, sobretudo por meio de escolas inclusivas.

No século XIX, surgiram escolas, institutos e outros trabalhos relacionados à deficiência mental (DM), tais estudos mostraram avanços para que se pudesse falar da deficiência socialmente. Atualmente, as pesquisas em neurociências tem considerado o desenvolvimento dessas pessoas na compreensão da plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade de adaptação do sistema nervoso, assim modificando sua estrutura funcional.

A Síndrome de Down e suas características

Entre as características físicas associadas à Síndrome de Down, estão alterações fenotípicas bem semelhantes como: olhos amendoados, aparência arredondada da cabeça, maior propensão ao desenvolvimento de algumas doenças, pálpebras estreitas, única linha palmar, hipotonia muscular e deficiência intelectual. Em geral, as crianças com síndrome de Down são menores em tamanho e seu desenvolvimento físico e mental são mais lentos do que em outras crianças da sua idade. No desenvolvimento motor, devido à hipotonia, apresentam baixa tonicidade na musculatura o que pode influenciar no movimento corporal, apresentando um crescimento físico mais lento, além do atraso no desenvolvimento mental, outro aspecto semelhante da síndrome.

No século XIX, segundo Mendes (2010), surgiram escolas, institutos, assim como novos trabalhos relacionados à deficiência mental (DM), tais estudos mostraram avanços para

que se pudesse falar da deficiência socialmente. Em 1866, foram descritas as características da SD por Jonh Langdon Down, o mesmo deduziu tais características a algum tipo étnico primitivo, dando o nome de mongolismo, termo utilizado por muito tempo para caracterizar a Síndrome de Down.

De acordo com Milani (2005), “no século XX, Binet e Simon criam a Psicometria, deixando de lado a ideia da deficiência mental como ponto de vista médico, para um ponto de vista mais psicológico”. Os testes realizados por esses psicólogos indicavam que uma criança com atraso é aquela que não conseguiu adquirir mecanismos intelectuais que correspondessem a sua idade cronológica, ou seja, a idade real que ela possui.

Para complementar a ideia do atraso mental, Pimentel (2012) comenta que, em 1912, Stern introduziu o conceito de Quociente de Inteligência (QI), no qual era calculado a idade mental, dividida pela idade real e multiplicada por 100, assim, os resultados muito abaixo da média eram considerados como pessoas cretinas, retardadas e imbecis, essa terminologia foi sendo modificada para os termos deficiente mental, fosse ela grave, leve ou moderada, classificando-a como pessoas educáveis, treináveis e dependentes.

5 ADAPTAÇÕES (AMBIENTE ESCOLAR E CURRÍCULO)

Hoje, nas instituições escolares, há um reconhecimento diversificado da população que está inserida e esta precisa ser respeitada quanto as suas diferenças, atendendo às necessidades de cada um. Estar incluído na escola é fundamental para as perspectivas educacionais em se tratando de uma pessoa com deficiência. Uma inclusão bem sucedida requer um sistema educacional adequado, indicando que os estudantes devem estar inseridos independente de qualquer situação, isso remete a um sistema organizado, planejado e direcionado que atenda a todos, oferecendo respostas coerentes para as suas especificidades e necessidades.

O Sistema regular de ensino parece estar ainda precisando melhorar, há muitos obstáculos existentes que se confrontam com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e bem presentes, como: recursos humanos, pedagógicos e físicos que ainda não são contemplados em um país que se dá pouca atenção à educação. A forma mais notória da viabilidade de modelo de escola inclusiva é a necessidade de professores capacitados, capazes de atuar na educação especial, pois é uma das metas impostas a serem alcançadas e concretizadas pelo sistema educacional que inclua a todos.

Para que alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles: a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores (BRASIL, 2003, p.34).

O êxito esperado da inclusão social deve pautar-se em atender com eficiência às diversidades da população estudantil. Mas, como atender às diversidades encontradas? Um dos objetivos da inclusão é elaborar e executar propostas pedagógicas voltadas para interação dos discentes com deficiência, nas quais se reconhecem as suas capacidades que estão presentes no ambiente escolar, sequenciar os conteúdos de forma a adequá-los aos ritmos diferentes de aprendizagem dos mesmos, adotar metodologias que os motivem e estimulem, bem como avaliá-los de maneira contínua e de acordo com o que é alcançado na sua aprendizagem.

O MEC (2013), ao tratar das “Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais”, questiona a postura de alguns educadores que defendem que a escola não precisa se preparar para que a inclusão seja garantida. Assim, como esse material didático do Ministério de Educação ratifica-se a posição que a escola deve preparar-se para o ingresso e a permanência desses alunos na escola. Tais educadores, a nosso ver, estão com uma visão distorcida do que é de fato inclusão, que é um processo gradual e deve ter participação do próprio estudante para que seja construído um ambiente escolar democrático e favorável à sua permanência.

Mesmo que os sistemas educacionais intencionem realizar intervenções pedagógicas que sejam propícias à inclusão das pessoas com deficiência, é notório que a sociedade ainda não se desenvolveu de forma esperada para acompanhar o processo de inclusão. Esta acontece a partir do momento em que se modifica a sociedade, aceitando, valorizando e respeitando as condições de cada pessoa.

Falar em pessoas com deficiência é, portanto, deixar de pensar nas dificuldades específicas e passar a dar significado ao que a escola pode fazer para responder às suas necessidades. Nesse sentido, o mesmo se aplica ao currículo, que deve ser único em seus conteúdos, entretanto, com um tratamento adaptado às necessidades de cada pessoa, sem gerar preconceito e discriminação. Diante disso, a ação pedagógica e os serviços educacionais não se devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com deficiência fazem e compartilham na sala de aula com seus colegas, a diversidade precisa ser respeitada, mantendo uma ação pedagógica comum, isso quer dizer que é um desafio na inclusão dos alunos que tenham mais ou menos dificuldades em aprender. O conteúdo escolar está

diretamente ligado a um currículo, estando organizado para orientar os diversos níveis de ensinos e as práticas docentes.

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado as peculiaridades dos alunos com necessidades especiais (BRASIL, 2003, p.34).

É difícil estabelecer um conceito de currículo, por haver vários ângulos envolvidos, cabe à instituição associar-se à própria identidade, quanto a sua organização, funcionamento e o papel que exerce e de que deveria exercer diante das expectativas da sociedade e cultura em que está inserida. Portanto, o currículo deve ser construído de acordo com o projeto pedagógico da escola, quanto às orientações das atividades educativas, as formas que são executadas e no definir de suas finalidades. Assim, poderá ser visto como um guia de orientação sobre o que, quando e como ensinar, bem como avaliar, buscando formas de atendimento às necessidades do aluno com deficiência. Entretanto, para a escolarização das pessoas com deficiência, e no caso aqui descrito, das crianças com Síndrome de Down, parece que as adaptações curriculares ainda precisam de um olhar mais específico para que de fato aconteça um processo real de inclusão.

Pimentel (2012) ressalta que a proposta de inclusão colocou para a escola regular o desafio da atenção à diversidade e trouxe como necessidade um currículo que abrangesse o atendimento a esses estudantes, ou seja, é necessária a inserção de todos, sem olhar quaisquer deficiências ou dificuldades existentes, organizando os sistemas educacionais para responderem às necessidades e características diversas trazidas pelos estudantes.

As crianças com Síndrome de Down possuem um ritmo lento e é comum o déficit de atenção, em consequência, uma dificuldade em acumular informações na memória de imediato, é necessário que essas informações cheguem gradativamente para que não venham afetar o processamento da linguagem.

A criança não reproduz frases, pois retém somente algumas palavras do que houve. Apresenta também déficit na memória a longo prazo, o que pode interferir na elaboração de conceitos, na generalização, e no planejamento de situações (VOIVIDIC, 2004, p.45).

Quanto ao desenvolvimento da leitura, a maioria das crianças aprende a ler através da leitura de palavras, em seguida começa a progressão para uma etapa fônica ou alfabética, quando é iniciado um processo de correspondência entre letra e som, no qual decodifica ou divide palavras para conseguir lê-las ou soletrá-las. As crianças com SD nesse processo

também consegue progredir no primeiro estágio da leitura, tendem a permanecer por mais tempo no mesmo estágio, dificultando assim o avanço para o estágio alfabético, porém, algumas crianças com essa síndrome, que receberam estimulação precoce durante a infância, mostram um desenvolvimento mais rápido na leitura.

Desse modo, incentivá-las na leitura e interpretação textual possibilita compreender melhor o que está lendo. Como as crianças com SD apresentam motivações diferentes umas das outras, é necessário buscar formas que atraem e despertem sua atenção para a leitura, o professor, nesse caso, pode utilizar estratégias com diversos gêneros textuais, pois permitem observar como o leitor se utiliza na tentativa de interpretar o texto. Com base nisso, o documento de Atendimento Educacional Especializado (AEE), organizado pelo MEC (2007), comenta que “quando o professor avalia a leitura dos alunos ele pode utilizar livros de literatura infantil, textos com ou sem imagens e os mais variados portadores de textos”.

No que diz respeito ao ensino da Matemática, esse vem sendo marcado por inúmeros fracassos porque, em sua maioria, têm-se buscado uma aprendizagem mecânica, como sendo a aprendizagem de novas informações, com pouca ou nenhuma associação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva, na qual os alunos memorizam mecanismos de resolução de cálculos sem, de fato, compreender o significado de tais números. Para a criança com deficiência mental, trabalhar de forma mecânica e memorativa está longe de alcançar seu desenvolvimento intelectual.

Souza e Bins (2017) apud Carvalho (1990) ressaltam que:

Considera-se a Matemática como uma área do conhecimento pronta, acabada, perfeita, pertencente apenas ao mundo das ideias e cuja estrutura de sistematização serve de modelo para outras ciências. A consequência dessa visão em sala de aula é a imposição autoritária do conhecimento matemático por um professor que, supõe-se, domina e o transmite a um aluno passivo, que deve se moldar à autoridade da “produção científica” (CARVALHO, 1990, p.15).

Se considerarmos que, para a maioria dos estudantes, aprender Matemática traz grandes dificuldades, então, nesse contexto, far-se-á necessário uma atenção especial aos estudantes com Down, que, por sua natureza biológica, têm prejuízos cognitivos que afetam o processo de aprendizagem. Esses discentes precisam passar por processos repetitivos para poder assimilar o que está sendo proposto, no caso dessa disciplina, deve-se trabalhar com jogos lúdicos e estimulantes de forma concreta e adaptada, bem como apresentar atividades que chamem sua atenção de forma prazerosa e produtiva.

6 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Para Vigotsky, o desenvolvimento cognitivo se dá em relação às trocas entre o ambiente social por meio de processos de interação e mediação, tendo a noção de que o sujeito não tem uma relação direta com o mundo, essa relação precisa ser mediada e, para isso, utiliza-se de ferramentas as quais dá nome de instrumentos e signos.

Durante o desenvolvimento de cada sujeito, o uso de marcas externas se modifica para processos internos chamados de processos de internalização. É fundamental o intervalo de tempo entre o mediador e o sujeito, pois nesse espaço de tempo existe o nível de desenvolvimento real, onde o sujeito já traz consigo uma série de conhecimentos já internalizados, ou seja, a criança já realiza tarefas sozinhas sem necessidade da ajuda de um adulto ou de um colega.

Assim, o que existe depois é um nível de desenvolvimento potencial que deve ser considerável, ou seja, a criança não realiza algumas tarefas sozinhas, mas consegue realizá-las com a ajuda de alguém para orientá-la. É essencial a interferência de outra pessoa, pois não é qualquer sujeito que pode realizar uma tarefa sem que tenha alguém para ajudá-lo.

O processo, então deverá começar novamente, pois o mediador estipulará o novo Nível de Desenvolvimento Potencial (NDP) a ser alcançado e convertido em Nível de Desenvolvimento Real (NDR), ocorrendo mais desenvolvimento da pessoa e mais autonomia (CHIARATTI, 2014, p.142).

A mediação na aprendizagem, em relação à escola inclusiva implica em reconhecer as diversidades existentes nas características dos estudantes, de suas potencialidades e uma resposta que seja adequada as suas necessidades, a partir do momento em que o professor se interage com eles em sala. Dessa forma, a ajuda que é fornecida pelo professor no processo de mediação deve estar ajustada e em total sintonia ao caminho que é feito pelo estudante no processo de construção do conhecimento, ou seja, de acordo com necessidades e características que ele tem, esse ajuste irá permitir e determinar o valor e como irá repercutir educacionalmente essas interações pedagógicas.

Para que os professores possam desempenhar um bom trabalho, é muito importante que eles conheçam suas particularidades, saibam a respeito da Síndrome de Down e conheçam suas características. Isso, possivelmente, contribuirá de maneira significativa para que o professor adote procedimentos adequados e saiba como desenvolver a mediação necessária para com essas crianças e promova verdadeiramente a inclusão e aprendizagem dela, pois, a partir do momento que o professor desconhece as necessidades dos seus alunos e

as formas de mediação, eles poderão obter um processo de regressão em seu desenvolvimento. Para Oliveira (1997, p.62):

O processo de ensino-aprendizado na escola deve ser construído então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança, num dado momento e com relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido, e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola, supostamente adequados a faixa etária e ao nível de conhecimento e habilidades de cada grupo de crianças.

Dentro do processo de mediação do estudante com Síndrome de Down, o professor precisa planejar atividades que sejam intencionalmente mediadoras, ou seja, conhecer o que o estudante já consegue fazer sozinho ou o que ele está aprendendo, podendo partir dos conceitos já internalizados.

7 METODOLOGIA

Essa pesquisa segue o método indutivo que, de acordo com Xavier (2010, p.37):

No método indutivo o pesquisador inicia a pesquisa sem levar em conta qualquer hipótese ou teoria sobre o funcionamento e características de um determinado fenômeno natural ou humano. A observação, o experimento e o teste serão fundamentais para descobrir fatos não antecipados sobre o fenômeno investigado; só depois desses procedimentos realizados, o pesquisador pode chegar à uma conclusão.

Pois, a partir de observações realizadas em sala de aula, foi possível perceber a dificuldade que os professores encontravam em adaptar atividades para crianças com Síndrome de Down.

A presente pesquisa é do tipo etnográfica, com abordagem qualitativa. Por ser um conjunto de técnicas que serão analisadas a partir de coletas de dados, buscaremos estudar os processos de adaptação das atividades, com um determinado professor de criança com Síndrome de Down, estudando comportamentos e práticas, relatando assim os resultados obtidos com tais práticas.

A pesquisa etnográfica para os antropólogos tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas (ANDRÉ, 1995, p.27).

Os participantes da pesquisa foram uma professora e uma estudante com Síndrome de Down em sala de aula, observando de que forma o professor adapta os conteúdos para sanar dificuldades que esses alunos apresentam. Os participantes não serão expostos, nem seus dados revelados como endereços, nomes ou locais onde moram ou atua o professor, bem

como exposição de imagens dos mesmos, ou informações confidenciais que venham a ser expostas durante a pesquisa, lembrando que a pessoa com deficiência não responde por si, é necessário ter o consentimento de um responsável. De acordo com Flick (2013), “a confidencialidade e o anonimato podem ser particularmente relevantes se a pesquisa envolver vários participantes em um local específico, muito pequeno”. A integridade será preservada mediante ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual estaremos comprometidos na preservação dos dados pessoais dos participantes.

Para coleta de dados, utilizamos a observação participante, onde entramos em contato direto com os participantes, também a entrevista semiestruturada, em que o entrevistador tem um conjunto de questões predefinidas, mas, mantém liberdade para colocar outras cujo interesse surja no decorrer da entrevista. Segundo Ludke e André (2012, p.33), "ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos para coleta de dados [...]". Dessa forma a entrevista se torna um elemento fundamental para a aplicação da pesquisa, norteando o pesquisador a obter bons resultados.

7.1 Procedimento da pesquisa

A escola escolhida para a pesquisa foi uma escola municipal, localizada na cidade de Garanhuns-PE, uma instituição carente de poucos recursos, necessitando de uma estrutura física adequada para atender aos estudantes, bem como estudantes com deficiência que se encontram matriculados. Embora no projeto político pedagógico conste o atendimento do AEE, a instituição não possui esse serviço, apenas um profissional de apoio que atende e auxilia no acompanhamento de atividades e avaliações, que não são elaboradas com adaptações dos conteúdos que são trabalhados em sala, apenas utilizando recursos através de pinturas, desenhos, entre outros. O estudante de Ensino Fundamental necessita de estimulação para acompanhar os conteúdos contidos no currículo, para tanto, é fundamental as adaptações curriculares necessárias.

O sujeito que participa dessa pesquisa é uma estudante com Síndrome de Down, com idade de 23 anos, estuda na sala de 3º ano do Ensino Fundamental. Para essa pesquisa, inicialmente, foram realizadas cinco visitas, divididas em observações, aplicação de atividade diagnóstica e entrevista com a professora.

A entrevista durou cerca 11 minutos e 45 segundos e foi realizada em uma sala fechada, apenas com a presença da entrevistadora e a professora pesquisada. A entrevistada parecia ansiosa, porém segura, comentou sobre sua formação e o gosto pela educação, foi

utilizado um roteiro contendo 12 perguntas semiestruturadas, perguntas essas abertas e fechadas e todas as respostas foram gravadas através do celular pessoal da entrevistadora e posteriormente transcritas para fins de estudo e análise dos dados.

7.2 A estudante com Síndrome de Down

Bastante participativa e ao mesmo tempo tímida, a estudante com Síndrome de Down não aprecia muito o contato em sala com os outros colegas, somente na hora do recreio, brincando preferencialmente com as meninas. Embora de forma lenta, escreve e oraliza com facilidade, porém, apresenta limitações características da Síndrome, ler pausadamente, a escrita é legível, entretanto a lentidão na escrita dificulta o acompanhamento das atividades na lousa. Diante da estimulação precoce que a estudante teve na infância, observou-se a autonomia em alguns aspectos como: a abertura de páginas solicitadas, o manuseio do material e lanche, a compreensão e interpretação de algo que lhe é dirigido, dentre outras coisas.

Na Síndrome de Down, quanto mais cedo a criança é estimulada, melhor para o seu desenvolvimento, por isso, ela precisa de mais tempo da família e de profissionais para adquirir e aprimorar as suas habilidades. Uma boa estimulação realizada nos primeiros anos de vida pode ser determinante para a aquisição de capacidades em diversos aspectos, como o desenvolvimento motor, a comunicação, linguagem e o processo cognitivo, como comenta Espigares (2012).

É fundamental que pais e profissionais que desenvolvem o programa trabalhem de maneira coordenada. Uma das bases em que se sustenta a educação precoce é a plasticidade própria do processo de maturação do sistema nervoso central e a grande capacidade de aprendizagem que existe nesse primeiro período da vida (ESPIGARES, 2012, p.318).

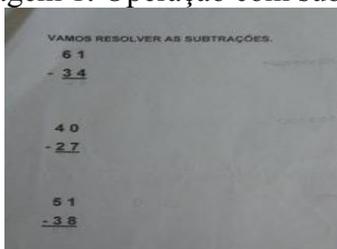
A estudante possui alguns problemas de saúde que a fazem faltar com frequência a escola, porém, é bastante acompanhada pela família, que a trata com cuidados necessários para a sua saúde e bem estar, desde a higiene, consultas, exames e tratamento dentário, ver-se que o desenvolvimento da estudante foi resultado do acompanhamento, preocupação e estimulação da família desde a sua infância. A ausência da estudante na escola sempre ocorria quando ela não estava bem ou quando estava no médico, o que chocava quanto às visitas para observação da pesquisa.

7.3 A aplicação da atividade

A atividade diagnóstica foi realizada em duas visitas, nas quais foram apresentados conteúdos de Matemática e Português. A primeira atividade de matemática foi trabalhada a subtração, conteúdo escolhido por observar a dificuldade na realização da operação com reserva. Duas atividades foram elaboradas contendo as mesmas operações, uma de forma normal com algoritmos de subtração com reserva, na qual a estudante iria subtrair um número do aditivo com reserva pelo subtrativo. Foi apresentada outra atividade de forma adaptada, explicando que a mesma continha os mesmos algoritmos acompanhados de dezenas e unidades. O objetivo foi observar e comparar a assimilação e compreensão da estudante diante do mesmo conteúdo, sendo que uma atividade comum e a mesma contendo adaptações.

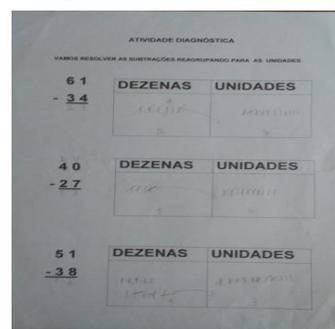
Ao iniciar a atividade comum, a estudante tenta fazer a leitura da dezena aditiva, ex: 61, depois da subtrativa, ex: 34, percebendo que havia uma reserva, ela fica um pouco confusa tentando explicar como iria fazer. Nesse momento, explicamos que quando precisamos subtrair um valor e não conseguimos, podemos “pegar emprestado”, a estudante tinha conhecimento desse processo, o qual comentou ao iniciar, porém não sabia desenvolvê-lo. Também explicamos que devemos começar a subtração pelo final, na ordem das unidades, pois, a princípio, a estudante iniciou pelas dezenas, realizava as subtrações sempre com um olhar confuso e inseguro, esperando um gesto positivo da resposta colocada, a partir disso, a resolução das subtrações foi bastante lenta, concluindo com dificuldade. Em seguida, apresentamos a mesma atividade de forma adaptada, utilizando o reagrupamento das unidades. A atividade contendo os mesmos algoritmos da anterior foi distribuída numa tabela de dezenas e unidades, sendo que, por exemplo: 6 na casa das dezenas e 1 na das unidades, subtraindo por: 3 na casa das dezenas e 4 na casa das unidades.

Imagem 1: Operação com subtração.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

Imagem 2: Operação com subtração adaptada.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

No esquema apresentado, na ordem das unidades, tínhamos a subtração 1- 4. Para ser possível resolvê-la, precisamos pegar uma dezena emprestada ao número à esquerda do 1. Na casa das dezenas, havia 6 dezenas e restaram apenas cinco. Nas unidades, temos agora o seguinte cálculo: $11-4 = 7$. Nas dezenas, temos: $5-3 = 2$, portanto, para subtrairmos, precisamos antes pegar uma dezena na casa à esquerda, restando apenas 5 dezenas. Obtendo como resto o resultado 27. A estudante, no momento, comentou que seria mais fácil dessa forma.

Na segunda atividade diagnóstica, procuramos compreender o processo de compreensão e interpretação textual da estudante diante da contação de história. Assim, foi contada uma história para que a estudante recontasse de acordo com o que entendeu. Em seguida, propomos uma construção da história de forma concreta utilizando recortes de revistas. O objetivo dessa atividade foi observar a coordenação motora da estudante no contato com os objetos, no recortar, colar e montar, bem como sua criatividade e possíveis dificuldades que possam ou não surgir na interpretação e assimilação dos fatos ocorridos durante a história.

Imagem 3: Escolha das imagens.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

Imagem 4: Escrita do título.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

A estudante iniciou a história sem expressar qualquer embaraço, porém no decorrer, omitia alguns fatos, naquele momento foi necessário instigá-la, mostrando as imagens da história, sem a leitura para que ela lembrasse a sequência dos fatos. Para Oliveira (1997, p.30), “a memória mediada por signos é, pois, mais poderosa que a memória não mediada”, nesse caso, a utilização do livro apresentando as imagens serviu como signo, ativando sua memória para fazê-la lembrar e dar continuidade. Ao terminar, foi proposto a construção da história utilizando recortes de revista e jornais que ela mesma escolheu, as imagens seriam coladas de acordo com a sequência contada no livro, partindo da interpretação e compreensão da estudante, finalizando de forma concreta.

Imagem 5: Iniciação da sequência dos fatos.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

Imagem 6: Conclusão da História.



Fonte: foto tirada pela pesquisadora, 2019.

Durante a reprodução na sequência dos fatos ocorridos na história, a estudante procura com bastante calma as imagens que se adequassem a cada cena, em alguns momentos pega uma imagem e a troca logo em seguida, pois percebe que não era a imagem correta, demonstrando que houve uma compreensão e assimilação da história ouvida. Essa necessidade de compreensão e interpretação na leitura era uma das preocupações da professora, já que nesses momentos a estudante sentia dificuldades em compreender o que estava lendo. Percebe-se que, se a leitura fosse realizada no primeiro momento pela professora e em seguida pela estudante, haveria melhor assimilação da leitura e, conseqüentemente, uma melhor interpretação.

7.4 A entrevista com a professora

A entrevista foi realizada na escola pesquisada, a professora permitiu que fosse gravada, ficando assim uma fonte de informações mais autêntica e segura. Foram feitas doze questões entre abertas e fechadas, a docente se mostrou bastante segura nas respostas, falando dos desafios e dificuldades que os professores encontram ao se deparar com um estudante com deficiência em sala. Formada em Biologia pela UPE, atua há 27 anos na educação, porém comenta que durante sua graduação não cursou nenhuma disciplina de Educação Inclusiva, somente depois, por gostar de Libras, fez alguns cursos e começou a fazer leituras referentes à Educação Especial.

Percebe-se nas palavras da professora que há pouca importância por parte dos cursos de licenciatura em relação à inserção da disciplina de Educação Inclusiva, visto que um professor de Biologia ou outras disciplinas estarão inseridos em um ambiente escolar que provavelmente terá algum estudante com deficiência, isto remete ao descuido das

universidades na formação preparatória. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena institui, no art. 6º, do inciso 3, parágrafo II, diz que:

Art. 6º - Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes serão consideradas:

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas (BRASIL, 2002).

Questionada sobre a não atuação na sua formação em Biologia, a professora comenta que na época em que cursou a graduação, não existia o curso de Pedagogia, pois era limitado, comentou que passou em matemática, mudando depois para Biologia no quinto período. A docente ressalta que sempre gostou de crianças, na época somente com o magistério poderia exercer a função pedagógica, não necessitando ter uma formação acadêmica, o que facilitou seguir adiante, logo após deu início a sua graduação. Na entrevista, a professora diz que antes da estudante com Síndrome de Down, teve alunos com diferentes deficiências em sala, como: autismo, deficiência intelectual, entre outros, que não possui laudos médicos, mas que tem uma perceptível deficiência.

7.5 Conhecimento da professora sobre a Síndrome de Down

Sobre o conhecimento da síndrome, a docente demonstra não ter um conhecimento mais aprofundado, apenas como a criança nasce com ela, ou seja, a questão cromossômica, comenta que a estudante com SD foi a sua primeira em sala, ressalta que ficou surpreendida com autonomia e desenvolvimento que a mesma já possuía, portanto, não teve nenhuma dificuldade em trabalhar com a discente, procurou orientar-se com pessoas da APAE, pois a estudante tinha acompanhamento do órgão, também procurou estudar para informa-se sobre as necessidades da mesma. Houve, nesse caso, uma preocupação e interesse da professora em conhecer um pouco e orientar-se em relação à estudante que estava recebendo em sala. Espigares (2012, p.307) comenta sobre isso que os “futuros mestres devem perguntar como são e vivem as pessoas com Síndrome de Down, tanto novos quanto velhos, e segundo em que consiste essa condição cromossômica, pois se tornaria mais útil definir as necessidades dessas pessoas com mais clareza”. Conhecer a vida, interesses e necessidade do estudante que possui deficiência, possibilita ao professor formas adequadas e eficazes de desenvolver a aprendizagem, além dos conhecimentos para trabalhar com outros desafios em sala.

A docente cita que a estudante foi bem recebida pelos colegas e chegava a surpreendê-los, pois fazia atividades que os demais não conseguiam, como a leitura e escrita. Perguntada sobre o planejamento curricular para a discente, informa que não o faz voltado só para ela, mas, que elabora o plano pensando no todo, obviamente observando as particularidades de cada um, trabalhando de forma diferenciada para haver a inclusão.

7.6 Desenvolvimento da Estudante com SD em sala

A professora relata que a discente era muito tímida no início da sua chegada, não gostava de participar de algumas atividades, então procurava algo para chamar a sua atenção e fazê-la interagir com os colegas durante a aula. Quando entregava objetos aos alunos para desenvolver alguma atividade, nem sempre ela queria o mesmo objeto, então era entregue outro que adequasse à atividade e à sua necessidade. Em alguns momentos, de acordo com a professora, a discente preferia pintar ou montar quebra-cabeças, ao invés da atividade oferecida, pois às vezes não conseguia realizá-la, diferente de outras atividades que tinha a maior facilidade em desenvolvê-las. A professora, nesse caso, possibilitava a estudante escolher e decidir qual atividade desejaria ou aquela que chamasse a sua atenção. Sobre esse processo, Vigotsky (1991, p.38) diz que a estrutura do processo de decisão na criança nem de longe se assemelha àquela do adulto. Também comenta que, no início não havia um apoio em sala, o que dificultava o trabalho com a estudante, pois a sala é composta de trinta crianças e não tinha como ter um olhar diferenciado e tempo, já que a mesma precisava de comandos.

Quanto ao acompanhamento dos conteúdos, a professora fala que a estudante consegue acompanhar alguns, outros não, pela complexidade, também a lentidão da mesma, que é características da síndrome, ficando à espera de comandos e auxílio da professora. Essa lentidão, como diz Espigares (2012, p.312), do ponto de vista cognitivo, demora para processar as mensagens, porém não significa que ela não vai aprender. Perguntada sobre a preocupação em a estudante acompanhar os conteúdos, a docente responde que se preocupa quanto à interpretação e assimilação, principalmente na leitura e sente a dificuldade da estudante na disciplina de Matemática.

Referente às adaptações, a professora comenta que não teria dificuldade nenhuma em adaptar os conteúdos ou atividades, mas que já houve esse desafio com um estudante surdo, por não saber a língua de sinais, já que o mesmo sinalizava, não havia interprete de libras na sala, a comunicação com o estudante era pouca, o que dificultava o seu trabalho, chegando

um instrutor três meses depois, logo após fez um trabalho adaptado com o mesmo que foi muito interessante.

Para ela, não basta só incluir, é necessário que o professor tente trabalhar de acordo com a necessidade do aluno, até onde ele alcança e pode chegar e se sentir incluído dentro do contexto escolar, comenta que tem consciência que se os conteúdos fossem adaptados para a estudante com Síndrome de Down seria mais produtivo, também um apoio em sala, pois sabe o quanto é difícil atender toda a sala e estudantes com deficiência, relata que poderia ter feito muito mais pela estudante se tivesse mais tempo disponíveis para ela, com atividades direcionadas as suas necessidades e contribuindo da melhor forma possível para o seu desenvolvimento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de crianças com Síndrome de Down parece ter muitas limitações na percepção de alguns educadores, sobretudo se tratando do potencial de aprendizagem dessas crianças. Para esses profissionais, muitas vezes, as limitações cognitivas são compreendidas como estáticas e com poucas possibilidades de mudança, porém, na nossa percepção, a criança com SD pode alcançar diversos níveis de aprendizagem e o seu desenvolvimento pode superar expectativas muitas vezes inesperadas. A estimulação precoce dessas pessoas na fase inicial da vida é extremamente importante para que seu desenvolvimento aconteça de forma satisfatória, respeitando a limitação de cada criança.

Durante o processo de aprendizagem, as adaptações no currículo precisam ser organizadas por metas, a partir do perfil de cada criança e do que ela pode alcançar, desse modo, possivelmente aumentarão as chances de êxito no seu desenvolvimento. Espigares (2012, p.307) defende que a educação das crianças com SD deve ser rica em processos de aprendizagem e socialização, bem como as estratégias que as ajudarão a aprender por si mesmas.

Procuramos, através deste artigo, mostrar que as adaptações nos conteúdos e a mediação pedagógica são fundamentais e possibilitam a aprendizagem, para que a criança com Síndrome de Down se desenvolva dentro do seu ritmo ou da mesma forma que seus colegas em sala de aula. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo na observação das possíveis adaptações e seleções dos conteúdos, bem como estratégias utilizadas para que esses conteúdos fossem trabalhados de acordo com a necessidade da estudante com Síndrome de Down. O real contexto observado possibilitou conhecer uma realidade adversa de adaptação

nos conteúdos trabalhados em sala de aula, fato esse encontrado no ambiente pesquisado, o que de acordo com a LBI, no artigo 28, cita que o poder público deve criar um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender a esse público, garantindo pleno acesso ao currículo em condições de igualdade.

As falhas ainda existem no processo de ensino e de aprendizagem das crianças com deficiência intelectual e são fatores que necessitam de intervenções. Dentre esses fatores, estão a restrição de aplicação de adaptações curriculares e utilização de técnicas e estratégias de ensino. Os direitos educacionais estabelecidos devem se transformar em ações efetivas que garantam uma educação de qualidade e a inserção das crianças com deficiência.

Diante do conjunto de circunstâncias no ambiente da pesquisa, as observações apresentaram um lado positivo e relevante, que mostrou a importância da estimulação precoce na criança com Síndrome de Down, ao mesmo tempo as formas de mediação e interação do ambiente familiar e escolar que possibilitaram a realização da pesquisa de forma mais consistente, bem como a participação e colaboração de todos os envolvidos, que de forma espontânea, proporcionaram e disponibilizaram recursos que contribuíram para que a pesquisa ocorresse de maneira satisfatória e verdadeira.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli, Elixada. **Etnografia na prática escolar**. São Paulo: Ed. Papirus, 1995,p.27.
- ANDRÉ, Marli, Elixada; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 2012
- ANJOS, Meire. A.M; SILVA, Luciana. A.M. **breve resumo do itinerário histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**.
<https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/10.21745/ac06-04.pdf>. Acesso em: 13 set.2018.
- BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental**. Brasília: Ministério da Educação, SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF, 2007.
portal.mec.gov.br/seis/arquivos/pdf/ae_dm.pdf. Acesso: 07de abr.2019.
- BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais / coordenação geral: SEESP/MEC** ; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Especial, 2003. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf. Acesso em : 08 de jul. 2017.
- CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**.

https://semanaacademica.org.br/system/files/.../nikolas_corrent_educacao_especial.pdf. Acesso: 05 set.2018.

Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar./ 9 abr. 2002. art. 6º, do inciso 3 ,parágrafo II. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso: 20 de abr.2019.

DEA, Vanessa, H.S. Dalla. DUARTE. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor**. São Paulo: Phorte, 2009.

ROYO, Maria, Ángeles, Lou; URQUÍZAR, Natividad, Lopéz (orgs). **Bases psicopedagógicas da Educação Especial**. Petrópolis, RJ. Vozes. 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre. Ed. Penso, 2013, p.211.

GOMES, Adriana, Leite. L.V. **A coerência textual de alunos com Síndrome de Down: uma análise da produção escrita através do uso de imagens**. GT15-2193. In:- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Ed.35, 2012. Recife-PE. Disponível em: <35reuniao.anped.org.br/trabalhos/121-gt15>. Acesso : 04 jun.2017.

PIMENTEL, Susana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: Mediação pedagógica e formação de conceitos**. Petrópolis- RJ: ed. Vozes, 2012.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. Exclusão e Deficiência: Primeiras Aproximações Teóricas. RICHARDSON, Robert Jarry (org.) In. **Inclusão, Exclusão e Diversidade**. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2009.

SILVEIRA. Jucelaine da Silveira. SILVEIRA. Naira Teresinha Abech . Vivências inclusivas: a participação do aluno com Síndrome de Down em seminários literários. In. **I Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva/Artigos**. PUC/RS, 2017. Disponível em: <ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso...de-educacao.../completo-3.pdf> Acesso: 10 ago.2018.

SOUZA, Caroline Tavares de. BINS, Katiuscha Lara Genro. **A aprendizagem matemática de um aluno com Síndrome de Down no 8º ano do Ensino Fundamental regular**: um estudo de caso. in: 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2016. Rio Grande do Sul, **Anais**. PUC/RS, 2016. Disponível em: <ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de...5/completo-3.pdf>. Acesso: 09 de mai.2019.

XAVIER, Antonio, Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**: (ciências humanas e sociais aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide) / Antonio Carlos Xavier; ilustração, Karla Vidal.- Recife: Editora Respel, 2010, p.37. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br> > Home > Artigos > Educação e Pedagogia. Acesso em: 11 ago.2018.